



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

CIDADANIA NO ENVELHECIMENTO (SEMINÁRIO)

I. INTRODUÇÃO AO TEMA.

Há muitos anos que temos vindo a ser confrontados com diversos dilemas do denominado primeiro mundo, formado pelo conjunto dos países mais desenvolvidos e outros, como o nosso, que embora não beneficiando do progresso dos primeiros, partilham dos mesmos problemas, gerados por esse desenvolvimento, desde a organização da economia ao modelo do estado social, passando por muitos outros.

O envelhecimento das populações é um desses dilemas, bom porque prolongamento da vida humana, mau porque implica despesa.

Aquilo que sempre foi desejo individual e coletivo da humanidade, o prolongamento da vida, o ideal de imortalidade, tornou-se uma variável económica de sentido único, no sentido de que o envelhecimento acarretará problemas para as finanças públicas, apesar de ninguém se ter aventurado a sustentar que a aspiração a longevidade constitua um entrave à economia, seja qual for o modelo da sua organização.

Mesmo nessa dimensão, financeira, pública, do pagamento das reformas para as quais os reformados descontaram dezenas de anos, a questão está longe de ser pacífica, uma vez que ninguém prestou contas desses dinheiros, não estando demonstrado que o problema se situe no modelo em si e não na administração dos descontos, desviados para outros fins, vezes sem conta.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Na União Europeia alguns países expressam, permanentemente, em euros os direitos dos seus cidadãos perante a segurança social, que não raras vezes deles dispõem em casos de divórcio.

Tal não acontece em Portugal onde permanecemos no desconhecido (descontámos quanto, temos direito a quê?!) até ao dia em que nos “concedem” a nossa pensão de reforma.

Até lá, mantemos uma mera expectativa, que sabemos agora ser de insignificante proteção jurídica.

Os problemas do envelhecimento constituem tema transversal à nossa sociedade.

O atual executivo, como o anterior, tem projetos legislativos e estudos em preparação na área das incapacidades dos cidadãos para regerem a sua pessoa e bens, incluindo as incapacidades que surgem com a idade, o que nos poderia deixar tranquilos na nossa cidadania, porque afinal quem nos governa está atento ao problema.

Apesar disso, a nossa intranquilidade permanece.

Vêm-me à memória os muitos idosos que deixavam parte das compras junto à caixa da mercearia porque o dinheiro era insuficiente.

Lembro-me também dos muitos, meus vizinhos, que se viram sós, em necessidade, desapossados dos seus haveres e da sua cidadania.

Recordo ainda o penoso arrastar, pelo passeio e pela escada acima, do solitário carrinho de compras, tão prestável seria não fossem os anos do “motor”.

Para todos estes, a velhice chegou e muitas vezes durou, mas a proteção social não veio e a proteção familiar falhou, apesar das autarquias e dos lares, dos cabazes de Natal e dos passeios eleitorais.

E lembro-me também de um outro tempo, das velhinhas da minha infância, umas que tinham gatinhos e flores e me davam meia maçã



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

quando já não as havia, outras apenas o mesmo carinho das flores e dos gatinhos e a alegria que transparecia dos seus atos.

Guardo-lhes a imagem, os gestos e a dignidade na velhice, que continuam a pairar, como se de fadas se tratasse.

Nenhuma me ficou a dever nada; devo-lhes eu alguma coisa!

Um dia alguém me disse que, lá naquele lugar remoto, Vila Novinha, e noutros semelhantes, das pessoas só ficam as boas ações.

Se assim for, por todas estas pessoas e por tudo isto, não será por demais insistirmos na dignidade do envelhecimento.

Pela nossa parte, fá-lo-emos na perspetiva de quem observa através da verdade nua e crua dos conflitos judiciais, porque é essa a nossa experiência e a maior utilidade do nosso contributo.

O governo atual apresentou uma proposta de lei que se propõe alterar o instituto da capacidade dos maiores, sob um novo paradigma de “Maior Acompanhado”.

O governo anterior já tinha apresentado projetos na mesma área (Projectos de Lei n.ºs 61, 62 e 63/XIII), que vieram a ser rejeitados.

Alguns países concentraram numa única lei as disposições relativas à proteção dos cidadãos com idade, uma espécie de Código do Idoso.

Mais que a autonomia e a codificação da legislação, interessa à nossa sociedade a proteção deste setor da cidadania e a adequação das leis a esse objetivo, ditadas pelo princípio da igualdade dos cidadãos e pela descriminação positiva que será necessária para o realizar.

II. A PROTEÇÃO DA CIDADANIA NO ENVELHECIMENTO.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Muitas são as áreas em que a proteção da cidadania exige uma maior atenção legislativa à medida que a nossa idade avança e muitas são as perspetivas em que a mesma se revela necessária, começando por nós próprios, continuando com a interação no âmbito da família, com a contratação com as empresas e com o relacionamento com as instituições públicas.

II.1. A PROTEÇÃO DA CIDADANIA VISTA PELO PRÓPRIO.

Nenhum de nós está preparado para admitir as suas limitações com o avanço da idade pelo que a primeira atitude que tomamos quando surgem é a sua negação.

Com a sua repetição convencemo-nos da necessidade de adequarmos a nossa ação às novas condições psíquico/físicas, mas em casos de doença essa consciência, que está presente numa primeira fase, acaba por desaparecer.

São os casos de incapacidade jurídica, que a legislação existente trata em dois níveis de gravidade, interdição e inabilitação.

As novas dificuldades surgem nos mais diversos domínios.

- Transportes públicos (viajar de pé, subir íngremes e longas escadas),
- Circulação pedestre (passeios desnivelados e com buracos, ruas com atravessamentos perigosos),
- Compra e transporte de alimentação (lojas distantes, preços e rótulos em letra ilegível, géneros pesados),
- Condução automóvel (limitações físico/psíquicas, “papa-reformas”).
- Manutenção e aquisição de competências em diversas áreas, desde a eletrónica sempre em mudança, aos aparelhos domésticos inseguros, aos telemóveis ilegíveis e com complicações inúteis, às



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

incompreensíveis faturas de bens essenciais como água, gaz, eletricidade, comunicações, aos materiais de construção perigosos (inflamáveis, escorregadios).

A falta de resposta para estas necessidades, quer a nível do mercado, quer a nível institucional, é a regra, desde a infantilização da publicidade que nos é dirigida, à ação das autarquias e das mais variadas IPSS, constituindo louvável exceção a ajuda que estas vão desenvolvendo, apesar de tudo incipiente.

II. 2. A PROTEÇÃO DA CIDADANIA NA INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA.

A família diminuiu socialmente e o Estado, na ânsia de receber mais IRS, reduziu-a ao mínimo (cuidar de um pai ou mãe idosos conta para o IRS como a despesa com o animal de estimação).

Com o avanço da idade muitos vão ficando sós.

Os filhos foram viver para longe e aparecem à pressa, para a ajuda do automóvel, da prestação da casa ou da viagem.

Quando a proximidade é maior, aos idosos são confiados os netos, na ida e vinda da escola, nos períodos de férias.

As datas e os eventos festivos são insuficientes para que os idosos sintam que continuam a pertencer à família que criaram e aos grupos sociais em que esta participa.

O hospital é frequentemente o melhor barómetro para medir a coesão familiar.

Mesmo sem atingir o abandono, as ligações familiares com os idosos são fracas.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Apesar disso, mantemos um direito sucessório próprio da grande família antiga.

Na hora da herança o longe faz-se perto e todos os que antes não podiam agora já podem!

A extensão da liberdade de dispor dos seus bens e as situações em que é permitida a deserdação ou em que pode ser declarada a indignidade de um herdeiro obrigatório, ausente, deverão ser revistas em face do novo conceito de família, da nova realidade social e da dignidade do ser humano.

II. 3. A PROTEÇÃO DA CIDADANIA NA CONTRATAÇÃO COM AS EMPRESAS.

Os idosos apresentam, em geral, uma debilidade contratual que os torna mais vulneráveis que os outros cidadãos, quer na perspetiva da sua capacidade, quer na perspetiva do tempo de resolução de conflitos, que depõe contra eles.

A legislação efémera, sempre em mudança, a linguagem hermética e incompreensível de muitas atividades, a mudança de paradigma de outras - como aconteceu com o setor bancário, que deixou de dar juros e passou a cobrar comissões várias, tornando o banco herdeiro de muitos idosos - as faturas de consumos por estimativa, a agressividade das comunicações na cobrança de dívidas inexistentes, são ofensivas da personalidade dos nossos idosos pela ignorância que lhes pretendem inculcar, como forma de encobrimento do seu “negócio” ou “produto”.

II. 4. A PROTEÇÃO DA CIDADANIA EM FACE DA AÇÃO E INACÇÃO DO ESTADO E SUAS INSTITUIÇÕES.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

As instituições do Estado, a começar pelo fisco, continuando pelos tribunais e terminando na própria segurança social, não curam de saber da capacidade dos cidadãos idosos para cumprirem as suas determinações.

O fisco envia notificações a qualquer cidadão, mesmo que se aproxime dos 100 anos, os tribunais citam até na cama do hospital e a segurança social precisa de “juntas médicas” para atestar o que quer que seja.

O Estado, tão interventivo noutros domínios, alheou-se dos cuidados diretos à terceira idade (lares, cuidados continuados) e não demonstra grande empenho na fiscalização do acesso e na transparência do financiamento das IPSS e dos privados nessa área.

A ausência de programas de saúde preventiva dos idosos, como de programas de vida ativa (desporto e outras atividades), contrasta com a preocupação em reduzir as idas às urgências e o tempo de permanência nos hospitais públicos.

A ação dos municípios aos diversos níveis, a começar pelo planeamento urbanístico e licenciamentos diversos (urbanizações sem transportes públicos e outros equipamentos, ruas intransitáveis, licenciamento de grandes superfícies e fecho de comércio de proximidade, estabelecimentos ruidosos e insalubres), para além das vicissitudes inerentes à captação do direito de voto, também não reflete ainda a sua maior proximidade com os cidadãos idosos.

Antes de legislar, impondo aos outros, convém que o Estado se imponha a si mesmo e às instituições públicas, alterando o seu próprio comportamento perante o envelhecimento dos seus cidadãos.

Afinal o envelhecimento só é atingido com desenvolvimento económico e é ele próprio um fator de desenvolvimento!



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

III. OS CAMINHOS POSSÍVEIS (DA PROTEÇÃO NO ENVELHECIMENTO).

Todas estas questões e muitas outras têm surgido no dia-a-dia dos tribunais, sendo estes, pela amplitude da sua intervenção social, um dos locais vocacionados para o seu debate, para o que também contribui a sua velha metodologia de trabalho, que consiste em (1) ouvir todos, (2) decidir no fim e (3) fazê-lo em audiência pública.

Na abordagem da proteção da cidadania no envelhecimento, para além da análise da legislação existente e das respostas que permite, importará recolher o contributo dos diversos atores sociais, em ordem a inventariar as questões mais prementes e a ensaiar as propostas de alteração, de comportamentos e legislativas, que se mostrem adequadas.

Uma das abordagens do problema que importa rejeitar liminarmente é a criação de leis que, invocando a proteção no envelhecimento, acabem por fragilizar/desproteger, como poderá acontecer com a presunção de uma capacidade geral, apesar da idade, com a enumeração exaustiva dos casos de incapacidade ou com a imposição de deveres de prova casuísticos sobre o centro de interesses do idoso.

Sendo pacífico que o objetivo a atingir é uma maior proteção da cidadania dos idosos, poderá questionar-se se o caminho para o atingir (1) se basta com uma mudança de atitude coletiva em face do quadro legislativo já existente, (2) se deverão ser feitos pequenos acertos legislativos, ditados pelas necessidades que vão surgindo, ou (3) se deverão ser feitas alterações legislativas radicais nos institutos jurídicos que conhecemos.



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

A primeira via já vem sendo seguida com a discussão pública do tema, transportado para a primeira linha das nossas preocupações sociais.

A segunda e a terceira podem albergar temáticas transversais, como sejam as de saber (1) se deve ser ponderada a criação de novos tipos de crime, dirigidos a comportamentos com acentuado desvalor social ou (2) se deve ser reforçada a intervenção pública oficiosa, quer através do Ministério Público, quer através da segurança social,

Mas, seja qual for a via escolhida, importa assentar no princípio de que os meios a utilizar e o fim a atingir se inserem na área da proteção da cidadania, dos direitos dos cidadãos, e não na área da amizade/caridade com os cidadãos idosos.

É com este propósito que nos abalançamos a organizar um seminário sobre o tema, conscientes de que a natureza e a dimensão das questões exigirão muita reflexão e o contributo de todos para que algo de útil e inovador seja feito.

O seminário realizar-se-á no Salão Nobre deste Tribunal, no dia 20 de junho próximo.

Oportunamente, aqui, divulgaremos o respetivo programa.

Lisboa, 01 de março de 2018.

O Presidente do Tribunal da Relação
(Orlando Santos Nascimento)